

BBVA Brasil Banco de Investimento S.A.

Demonstrações financeiras
em 31 de dezembro 2025

Relatório da Administração	3
Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras	7
Balancos patrimoniais	11
Demonstrações de resultados	12
Demonstrações dos resultados abrangentes	13
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	14
Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto	15
Notas explicativas às demonstrações financeiras	16

Relatório da Administração

Submetemos à apreciação de V.Sas. o balanço patrimonial, as demonstrações de resultado, de resultado abrangente, da mutação do patrimônio líquido e do fluxo de caixa relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025, acompanhadas das notas explicativas e do relatório do auditor independente.

BBVA no Brasil

Em 2025, o BBVA deu início à concretização de seu plano de ampliação da atuação no Brasil com o estabelecimento de uma operação local dedicada ao segmento de banco de investimento, sediada em São Paulo. Essa iniciativa marca uma nova etapa estratégica na presença do Grupo no país, com foco na expansão das atividades voltadas ao atendimento de clientes corporativos e institucionais.

A autorização do Banco Central do Brasil para o aporte de capital, que elevou a base de capital para aproximadamente R\$ 1 bilhão, representou um passo fundamental para viabilizar a implantação da operação local. A instituição foi estruturada com equipe altamente qualificada, composta por profissionais com ampla experiência no mercado financeiro nacional.

O BBVA Brasil nasce com forte alinhamento às diretrizes globais do Grupo, especialmente no que se refere à governança corporativa, digitalização e sustentabilidade. A estratégia de atuação está direcionada à oferta de soluções financeiras especializadas para empresas, incluindo financiamento estruturado, soluções de mercado de capitais e apoio a processos de internacionalização.

O plano de crescimento para os próximos anos contempla a ampliação gradual da oferta de produtos, o fortalecimento da equipe local e a consolidação da presença institucional do Banco no país.

Desempenho das Operações

O exercício de 2025 marcou o início efetivo das operações do BBVA Brasil Banco de Investimento S.A., período caracterizado pela estruturação da instituição, implementação de processos operacionais e desenvolvimento das primeiras operações financeiras.

Durante o período, o Banco concentrou suas atividades principalmente em operações de financiamento a empresas por meio de adiantamentos sobre operações de câmbio (AOC), além da gestão de liquidez e operações com títulos públicos federais, utilizadas como instrumentos de gestão de caixa e de risco.

Ao final do exercício, a carteira de adiantamentos sobre operações de câmbio totalizava R\$ 553 milhões, representando a principal exposição creditícia da instituição.

Adicionalmente, o Banco manteve uma carteira relevante de títulos públicos federais classificados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, no montante de R\$ 624,9 milhões, composta principalmente por Letras Financeiras do Tesouro (LFT), utilizadas como instrumentos de gestão de liquidez e alocação eficiente de recursos.

A estrutura operacional também contemplou operações com instrumentos financeiros derivativos, principalmente swaps, utilizados para fins de gestão de riscos financeiros e mitigação de exposições a variações nas taxas de juros e nas taxas de câmbio.

Esse conjunto de operações reflete a estratégia inicial do Banco de estabelecer uma base operacional sólida, com perfil conservador de risco e forte gestão de liquidez, compatível com a fase inicial de implantação da instituição no mercado brasileiro.

Desempenho Econômico-Financeiro

No exercício encerrado em 31 de dezembro de 2025, o Banco registrou resultado da intermediação financeira de R\$ 128,7 milhões, refletindo principalmente receitas provenientes da carteira de títulos públicos, operações de câmbio e instrumentos financeiros derivativos.

Após a constituição de provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito, o resultado bruto da intermediação financeira atingiu R\$ 118,5 milhões.

O resultado operacional do exercício foi impactado pelas despesas relacionadas à implantação da operação local, incluindo estrutura organizacional, investimentos em tecnologia e despesas com pessoal. Em 2025, as despesas de pessoal totalizaram R\$ 118,1 milhões e as despesas administrativas R\$ 20,5 milhões.

Como consequência desse processo de estruturação inicial, o Banco registrou prejuízo líquido de R\$ 402 mil no exercício.

Do ponto de vista patrimonial, o Banco encerrou o exercício com:

- Ativos totais de R\$ 1,78 bilhão
- Patrimônio líquido de R\$ 1,11 bilhão
- Índice de Basileia de 176,99%, significativamente acima do mínimo regulatório exigido pelo Banco Central do Brasil.

Esse elevado nível de capitalização reflete o aporte de capital realizado pelo acionista controlador e assegura base sólida para o crescimento das operações nos próximos exercícios.

Gestão de Riscos

O BBVA Brasil adota uma abordagem integrada para o gerenciamento de riscos, alinhada às políticas globais do Grupo BBVA e às exigências regulatórias do Banco Central do Brasil, em conformidade com a Resolução CMN nº 4.557/2017, que trata da estrutura de gerenciamento de riscos e de capital das instituições financeiras.

O modelo de gestão de riscos tem como objetivo garantir que os riscos assumidos estejam adequadamente identificados, mensurados, monitorados e controlados, em linha com o apetite de risco definido pela instituição.

Os principais riscos monitorados pelo Banco incluem:

Risco de Crédito

Refere-se à possibilidade de perdas decorrentes do não cumprimento das obrigações financeiras por parte das contrapartes. O Banco mantém políticas e processos estruturados de análise, concessão e monitoramento de crédito, com acompanhamento contínuo da qualidade das exposições.

Risco de Mercado

Relaciona-se às potenciais perdas decorrentes de variações em taxas de juros, câmbio e preços de instrumentos financeiros. O monitoramento é realizado por meio de métricas quantitativas, como **Value at Risk (VaR)** e análises de sensibilidade.

Risco de Liquidez

A gestão de liquidez busca assegurar que o Banco possua recursos suficientes para cumprir suas obrigações financeiras em diferentes cenários de mercado. Para isso, são mantidos ativos líquidos de alta qualidade e realizados monitoramentos contínuos de fluxos de caixa.

Risco Operacional

Refere-se à possibilidade de perdas decorrentes de falhas em processos, pessoas, sistemas ou eventos externos. O gerenciamento desse risco é estruturado com base no modelo das **três linhas de defesa**, envolvendo as áreas de negócio, funções de controle e auditoria interna.

Governança e Controles Internos

A estrutura de governança corporativa do BBVA Brasil está alinhada às melhores práticas internacionais e às diretrizes estabelecidas pelo Grupo BBVA.

O modelo de governança busca assegurar:

- transparência na gestão;
- adequada segregação de funções;
- eficiência nos processos de tomada de decisão;
- integridade e conformidade regulatória.

A estrutura de controles internos segue o modelo das três linhas de defesa:

1. **Primeira linha:** áreas de negócio e suporte, responsáveis pela gestão e controle dos riscos inerentes às suas atividades;
2. **Segunda linha:** funções de controle e gestão de riscos, responsáveis pela definição de políticas, monitoramento e supervisão;
3. **Terceira linha:** auditoria interna, responsável pela avaliação independente da eficácia do sistema de controles internos.

Adicionalmente, o Banco mantém políticas e procedimentos voltados à conformidade regulatória, prevenção à lavagem de dinheiro e financiamento ao terrorismo, proteção de dados e integridade corporativa.

Esse modelo de governança contribui para assegurar que as operações do Banco sejam conduzidas de forma prudente, transparente e em conformidade com os requisitos regulatórios e as melhores práticas do setor financeiro.

Equidade de Gênero

-(Art. 133, § 6º, da Lei nº 6.404/76, com redação dada pela Lei nº 15.177/2025)

Em atendimento ao disposto no art. 133, § 6º, da Lei nº 6.404/76, com redação introduzida pela Lei nº 15.177/2025, O Banco apresenta, a seguir, as informações relativas à política de equidade adotada e aos respectivos indicadores de acompanhamento.

O Banco adota práticas voltadas à promoção da equidade de gênero, fundamentadas nos princípios da igualdade de oportunidades, da não discriminação e da meritocracia, observando critérios objetivos nos processos de contratação, desenvolvimento profissional, ocupação de cargos de liderança e definição de remuneração. Abaixo duas tabelas que demonstram a evolução da proporção homens e mulheres, e

comparativo da remuneração total com a média, por nível hierárquico.

2025	Remuneração total versus média		Ocupantes	
	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres
Administração	-13%	26%	67%	33%
Gerência	20%	-27%	58%	42%
Supervisão	1%	-1%	70%	30%
Técnico / Operacional	-12%	12%	50%	50%

2024	Remuneração total versus média		Ocupantes	
	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres
Administração	-14%	29%	67%	33%
Gerência	14%	-29%	67%	33%
Supervisão	5%	-5%	50%	50%
Técnico / Operacional	-17%	17%	50%	50%

As informações acima são consolidadas com base em dados internos do Banco, observada a legislação aplicável em matéria trabalhista, societária e de proteção de dados pessoais.

Perspectivas

Para os próximos exercícios, o BBVA Brasil pretende consolidar sua presença no mercado financeiro brasileiro, ampliando gradualmente sua base de clientes corporativos e expandindo sua oferta de produtos e serviços no segmento de banco de investimento.

A estratégia do Banco contempla o fortalecimento da atuação em soluções de financiamento estruturado, mercado de capitais e apoio a empresas em processos de internacionalização, bem como a continuidade dos investimentos em tecnologia, infraestrutura e desenvolvimento de talentos.

Com base em sua sólida estrutura de capital, alinhamento estratégico com o Grupo BBVA e disciplina na gestão de riscos, a Administração acredita que o Banco está adequadamente posicionado para apoiar o crescimento sustentável de seus clientes e ampliar sua atuação no mercado brasileiro.

São Paulo, 26 de março de 2026.

A Administração



Shape the future
with confidence

Setor Hoteleiro Sul - Quadra 06
Conjunto A - Bloco A
1º andar - salas 104 e 105
70316-000 - Brasília - DF - Brasil

Tel: +55 61 2104-0100
ey.com.br

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos

Acionistas e administradores da

BBVA Brasil Banco de Investimento S.A.

São Paulo, SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da BBVA Brasil Banco de Investimento S.A. (“Banco”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, do Banco em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação ao Banco, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras no Brasil, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase

Chamamos a atenção para a nota explicativa nº 2 às demonstrações financeiras, que descreve que as referidas demonstrações foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil considerando a dispensa da apresentação, nas demonstrações financeiras referentes aos períodos do ano de 2025, dos valores comparativos relativos aos períodos anteriores, conforme previsto na Resolução nº 4.966/2021 do Conselho Monetário Nacional. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.



Shape the future
with confidence

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A diretoria do Banco é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras

A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade do Banco continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar o Banco ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança do Banco são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.



Shape the future
with confidence

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Banco.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Banco. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Banco a não mais se manter em continuidade operacional.



Shape the future
with confidence

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Brasília, 24 de março de 2026.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S/S Ltda.
CRC SP-034519/O

A handwritten signature in blue ink, reading 'Renata Zanotta Calçada', is written in a cursive style.

Renata Zanotta Calçada
Contadora CRC-RS062793/O-8

Balanco patrimonial em 31 de dezembro de 2025
(Em milhares de Reais)

ATIVO	Nota	31.12.2025	PASSIVO	Nota	31.12.2025
Caixa e equivalentes de caixa	5	475.948	Passivos Financeiros ao Valor Justo no Resultado (VJR)	6a	12.156
Ativos Financeiros ao Valor Justo por Resultado (VJR)	6a	13.893	Instrumentos Financeiros Derivativos		12.156
Instrumentos Financeiros Derivativos		14.054	Passivos Financeiros ao Custo Amortizado (CA)	6a	559.342
Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito		(161)	Obrigações por Empréstimo	6a	559.342
Ativos Financeiros ao Valor Justo por Outros Resultados Abrangentes (VJORA)	6a	624.882	Passivos fiscais diferidos	12f	6.932
Títulos e Valores Mobiliários		624.882	Imposto corrente	12c	5.477
Ativos Financeiros ao Custo Amortizado (CA)	6a	542.951	Outros Passivos	9	79.642
Adiantamento operações de câmbio (AOC)		553.467	Passivos contingentes	11	495
Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito		(10.516)	Passivo Arrendamento	7	8.604
Outros Ativos	9	24.096	TOTAL DO PASSIVO		672.648
Ativos fiscais diferidos	12f	40.306	Capital Social	10a	1.084.892
Ativo Permanente	8	58.461	Reservas de Capital		16.202
Ativo Imobilizado		15.281	Outros Resultados Abrangentes		(19)
Ativo Arrendamento	7	8.174	Lucros/Prejuízo Acumulados		6.814
Ativo Intangível		35.006	Total do Patrimônio Líquido		1.107.889
TOTAL DO ATIVO		<u>1.780.537</u>	TOTAL DO PASSIVO E PL		<u>1.780.537</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração de resultados – Semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2025

(Em milhares de Reais, exceto o lucro por lote de mil ações)

	Nota	2º Semestre 2025	31.12.2025
Receita de Intermediação Financeira		110.260	157.798
Receita de aplicações interfinanceiras de liquidez		3	277
Receita de aplicações voluntárias no Banco Central		34.875	45.824
Receita com títulos e valores mobiliários		43.306	78.974
Receita com derivativos		20.232	20.232
Rendas de outras operações com característica de crédito		11.845	12.491
Despesas de Intermediação Financeira		(28.486)	(29.056)
Despesa de títulos e valores mobiliários		-	(4)
Despesas com derivativos		(18.494)	(18.498)
Despesas com repasses e empréstimos		(9.992)	(10.554)
Resultado da Intermediação Financeira		81.774	128.742
Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito		(8.430)	(10.266)
Resultado Bruto da Intermediação Financeira	6f	73.343	118.476
Outras Receitas (Despesas) Operacionais		(87.341)	(146.702)
Receitas de prestação de serviços		18.242	18.242
Despesas de arrendamento	7	(489)	(1.102)
Despesas administrativas	13b	(10.071)	(20.541)
Despesas de pessoal	13a	(79.829)	(118.130)
Resultado variação cambial	15b	(39)	487
Despesas tributárias	13c	(6.660)	(14.213)
Despesas de Depreciação e amortização	8	(6.622)	(9.037)
Outras receitas (despesas) operacionais	13d	(1.872)	(2.407)
Resultado Operacional		(13.998)	(28.226)
Resultado Antes da Tributação		(13.998)	(28.226)
Imposto de Renda e Contribuição Social	12	27.824	27.824
Imposto corrente		(5.535)	(5.535)
Imposto diferido		33.359	33.359
Lucro (Prejuízo) do Semestre/Exercício		13.826	(402)
Lucro (Prejuízo) por lote de mil Ações - R\$		16	-

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração de resultados abrangentes – Semestre e Exercício findos em 31 de dezembro de 2025

(Em milhares de Reais)

	2º Semestre 2025	31.12.2025
Lucro (Prejuízo) Líquido do Semestre/Exercício	13.826	(402)
Itens que podem ser subsequentemente classificados para o resultado		
Ativos Financeiros ao VJORA		
Valor justo de títulos em outros resultados abrangentes (LFT)	(69)	1.053
Impostos diferidos sobre valor justo	31	(482)
Total dos itens que podem ser subsequentemente classificados para o resultado	(38)	571
Total dos resultados abrangentes do Semestre/exercício líquido dos impostos	13.788	169

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido – Semestre e Exercício findos em 31 de dezembro de 2025

(Em milhares de Reais)

	Nota	Reserva de lucros			Ajuste de avaliação patrimonial	Lucros (prejuízos) Acumulados	Total
		Capital Social	Reserva Legal	Outras			
Em 30 de junho de 2025		1.084.892	4.228	4.962	(57)	-	1.094.025
Ajuste a valor de mercado - líquido de impostos		-	-	-	38	-	38
Lucro (prejuízo) líquido do semestre		-	-	-	-	13.826	13.826
Destinação de lucro (prejuízo) acumulado		-	-	13.826	-	(13.826)	-
Em 31 de dezembro de 2025		1.084.892	4.228	18.788	(19)	-	1.107.889
Em 31 de dezembro de 2024		56.229	4.228	11.972	552	-	72.981
Ajustes para correção de erros		-	-	7.467	-	-	7.467
Em 31 de dezembro de 2024 (reapresentado)		56.229	4.228	19.439	552	-	80.448
Ajuste a valor de mercado - líquido de impostos		-	-	-	(571)	-	(571)
Lucro (prejuízo) líquido do exercício		-	-	-	-	(402)	(402)
Aumento de Capital	10a	1.028.663	-	-	-	-	1.028.663
Ajuste adoção Resolução 4.966		-	-	(249)	-	-	(249)
Destinação de lucro (prejuízo) acumulado		-	-	(402)	-	402	-
Em 31 de dezembro de 2025		1.084.892	4.228	18.788	(19)	-	1.107.889

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração dos fluxos de caixa indireto – Semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2025

(Em milhares de Reais)

	Nota	2º Semestre 2025	31.12.2025
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Lucro Líquido (prejuízo) do exercício		13.826	(402)
Ajustes ao lucro Líquido		1.181	16.897
Depreciação/Amortização	8	6.622	9.037
Ajuste a valor de mercado - TVM		38	(571)
Juros de Arrendamento		489	1.102
Reversão de ajuste Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito		-	(250)
Ativo Fiscal Diferido		(40.260)	(40.306)
Provisões Despesas de Pessoal		33.797	47.390
Provisão de contingências		495	495
Lucro líquido (prejuízo) ajustado		15.007	16.495
Varição em Ativos Operacionais - (Aumento)/Diminuição		(502.847)	(1.109.359)
Títulos e Valores Mobiliários		(38.795)	(542.215)
Instrumentos Financeiros Derivativos		(13.891)	(13.893)
Adiantamento Operações de Cambio		(435.262)	(542.952)
Outros ativos		(14.899)	(10.299)
Aumento/(Redução) nos Passivos Operacionais		494.739	598.804
Instrumentos Financeiros Derivativos		12.152	12.156
Obrigações por Empréstimos e Repasses		450.316	559.342
Outros Passivos Financeiros		8.016	8.016
Passivo de Arrendamento		(1.447)	7.502
Sociais e Estatutárias		-	(13.562)
Contas a Pagar		11.280	9.511
Fiscais e Previdenciárias		14.422	15.839
Caixa líquido gerado pela (aplicado nas) atividades operacionais		(8.108)	(510.555)
Fluxo de caixa das atividades de investimento			
Alienação (aquisição) de ativo permanente		(27.848)	(58.809)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento		(27.848)	(58.809)
Fluxo de Caixa das atividades de financiamento		-	1.028.663
Aumento de Capital em dinheiro		-	1.028.663
Aumento (redução) líquida de caixa e equivalentes de caixa		(20.949)	475.794
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	5	496.897	154
Caixa e equivalentes de caixa no fim do período	5	475.948	475.948
Aumento (redução) líquida de caixa e equivalentes de caixa		(20.949)	475.794

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais)

1 Contexto operacional

O BBVA Brasil Banco de Investimento S.A. sediado em São Paulo, na rua Campos Bicudo, 98 (“Banco”), é uma sociedade anônima de capital fechado, integrante do grupo Banco Bilbao Vizcaya Argentaria – BBVA, tem por objetivo principal a prática de operações de investimento, participação ou financiamento a prazo médio e longo, para suprimento de capital fixo ou de movimento de empresas do setor privado, mediante aplicação de recursos próprios e coleta, intermediação e aplicação de recursos de terceiros, podendo praticar todas operações ativas, passivas e acessórias conforme disposições legais e regulamentares vigentes.

2 Base de preparação e elaboração das demonstrações financeiras

a. Apresentação e elaboração das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, estabelecidas pela Lei das Sociedades por Ações - Lei nº 6.404/76 e alterações introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09, associadas às normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (“CMN”) e do BACEN e estão sendo apresentadas em conformidade com a Resolução CMN 4.818/20 e BCB nº 02 de 12/08/2020, com o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF e os novos pronunciamentos, orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis CPC 00(R2), CPC 01(R1), CPC 02(R2), CPC 03(R2), CPC 04(R1), CPC 05(R1), CPC 06(R2), CPC 10(R1), CPC 23, CPC 24, CPC 25, CPC 27, CPC 33(R1), CPC 41, CPC 46 aprovados pelo BACEN.

Em 25 de novembro de 2021, o Conselho Monetário Nacional publicou a Resolução CMN nº 4.966/21, com vigência a partir de 1º de janeiro de 2025, dispondo sobre os critérios contábeis aplicáveis a instrumentos financeiros, trazendo os conceitos básicos da norma internacional IFRS 9 e CPC 48.

Como principal impacto, a Resolução CMN nº 4.966/21 alterou a Resolução CMN nº 2.682/99, que definia a base de mensuração da provisão para créditos de liquidação duvidosa através do conceito da perda incorrida. Adicionalmente, a Resolução BCB nº 352/23 define critérios específicos para reconhecimento, mensuração e provisão de risco de crédito para instrumentos financeiros.

Os critérios contábeis oriundos por esta Resolução foram aplicados prospectivamente a partir de sua vigência, e seus efeitos de ajustes decorrente das mudanças de metodologia de critérios contábeis foram registrados em contrapartida aos Lucros e Prejuízos acumulados, por seu saldo líquido de efeitos tributários.

Conforme disposto no artigo 102 da Resolução BCB nº 352/23, que dispõe sobre os conceitos e os critérios contábeis aplicáveis a instrumentos financeiros, bem como para a designação e o reconhecimento das relações de proteção (contabilidade de hedge), as instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil ficam dispensadas da apresentação comparativa das demonstrações financeiras referentes aos períodos do ano de 2025 relativamente aos períodos anteriores. A Diretoria optou por não apresentar os saldos comparativos em 31 de dezembro de 2025, conforme disposto no artigo anteriormente mencionado.

As demonstrações financeiras foram preparadas com base na continuidade operacional, que pressupõe que o Banco conseguirá manter suas ações e cumprir suas obrigações de pagamento nos próximos exercícios.

As Demonstrações Financeiras foram aprovadas pela Diretoria em 26 de março de 2026.

b. Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos seguintes itens:

- Instrumentos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado;
- Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes.

c. Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações financeiras estão sendo apresentadas em Real que é a moeda funcional do Banco. Exceto quando indicado, as informações estão expressas em milhares de reais.

d. Reapresentação das Demonstrações Financeiras

Conforme o Pronunciamento Técnico CPC 23 – “Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro”, foi identificada contabilização incorreta de ativos (imobilizado e intangível) como despesa no exercício de 2024. O erro foi corrigido de forma retroativa, com ajuste direto em Lucros ou Prejuízos Acumulados, sem impacto no resultado do exercício corrente.

Os efeitos da reapresentação impactaram as seguintes rubricas:

- Aumento do Ativo Não Circulante nas contas de Imobilizado e Intangível;
- Redução proporcional das Despesas Operacionais reconhecidas nos períodos anteriores;
- Ajuste de Lucros ou Prejuízos Acumulados, no Patrimônio Líquido, refletindo a correção do erro sem transitar pelo resultado do exercício atual.

A conciliação entre os saldos anteriormente publicados e os saldos reapresentados foram os seguintes:

	Exercício 2024 Anteriormente apresentado	Reclassificação	Exercício 2024 Reapresentação
Ativo Permanente	1.222	23.977	25.199
Ativo Imobilizado	1.222	814	2.036
Ativo Intangível	-	23.163	23.163
Outros Passivos	-	16.510	16.510
	Exercício 2024 Anteriormente apresentado	Reclassificação	Exercício 2024 Reapresentação
Demonstração do Resultado do Exercício			
Despesas administrativas	(18.011)	7.467	(10.544)
Resultado Líquido	(44.980)	7.467	(37.513)
	Exercício 2024 Anteriormente apresentado	Reclassificação	Exercício 2024 Reapresentação
Demonstração da Mutação do Patrimônio Líquido	11.972	7.467	19.439
Reserva de Lucros - Outras	11.972	7.467	19.439

3 Principais políticas contábeis

a. Apuração de resultado

As receitas e despesas das operações ativas e passivas são apropriadas pelo regime de competência.

b. Caixa e equivalentes de caixa

São representados por disponibilidades em moeda nacional, estrangeira e depósito voluntário no Banco Central que são utilizados pelo Banco para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo, cujos vencimentos sejam iguais ou inferiores a 90 dias e apresentem risco insignificante de mudança de valor justo.

c. Transações em moeda estrangeira

Os métodos usados para contabilizar os ativos e passivos relacionados com transações em moeda estrangeira assumidos pelo Banco, e o usado para medir o risco cambial decorrente de tais operações, depende se os ativos ou passivos em questão são classificados como itens monetários.

As operações em moedas estrangeiras são convertidas utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas de transações. Os saldos de conversão pelas taxas de câmbio no final do período referentes a ativos e passivos monetários em moedas estrangeiras são reconhecidos nas contas de resultado de variação cambial.

d. Classificação de ativos e passivos financeiros

Os ativos e passivos financeiros são classificados conforme o modelo de negócios e a natureza dos fluxos de caixa contratuais, conforme Resolução CMN 4.966/21:

Custo Amortizado: ativos mantidos para recebimento de fluxos contratuais.

Valor Justo por Outros Resultados Abrangentes (VJORA): ativos com objetivo dual (fluxos e venda).

Valor Justo por Resultado (VJR): ativos não elegíveis às categorias anteriores ou designados para mitigar inconsistências contábeis.

Os passivos financeiros são geralmente mensurados ao custo amortizado, exceto derivativos e instrumentos designados ao valor justo.

- *Crítérios para mensuração do valor justo*

Uma série de políticas e divulgações contábeis do Banco requer a mensuração de valor de mercado para ativos e passivos financeiros. O Banco estabeleceu controle relacionado à mensuração de valor de mercado sobre a valorização e desvalorização de seus instrumentos financeiros ativos. Questões significativas de avaliação são reportadas para a Alta Administração. Ao mensurar o valor de mercado de um ativo ou um passivo, o Banco usa dados observáveis de mercado, de acordo com a Resolução CMN 4.924/2021.

Hierarquia do valor justo mensurado

Os valores de mercado são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (inputs) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma:

- Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos.
- Nível 2: inputs, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).

- Nível 3: inputs, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis). O Banco reconhece as transferências entre níveis da hierarquia do valor de mercado no final do período das demonstrações financeiras em que ocorreram as mudanças, caso aplicável.

e. Instrumentos financeiros derivativos - Hedge

As operações com instrumentos financeiros derivativos, compostos de operações de swaps, são mensurados na data do balanço a valor de mercado. Esses instrumentos são utilizados para proteger exposições de risco ou para modificar as características de ativos e passivos financeiros que sejam altamente correlacionados no que se refere às alterações no seu valor de mercado em relação ao valor de mercado do item que estiver sendo protegido, tanto no início quanto ao longo da vida do contrato e considerado efetivo na redução do risco associado à exposição a ser protegida.

As operações que utilizam instrumentos financeiros derivativos destinados a hedge são classificadas como hedge de risco de mercado ou hedge de fluxo de caixa,

f. Provisão para Perdas Esperadas associada ao risco de crédito (Expected Credit Loss - ECL)

A provisão para perdas esperadas é constituída com base na Resolução CMN nº 4.966/2021 e na Resolução BCB nº 352/2023, que regulamentam o tratamento contábil das perdas associadas ao risco de crédito. Tais normas são aplicáveis às instituições financeiras em função do seu porte e complexidade.

O Banco está enquadrado no Segmento S4, conforme critérios de segmentação prudencial estabelecidos pelo Banco Central do Brasil, e, nos termos do Art. 50 da Resolução CMN nº 4.966/2021, optou pela aplicação da Metodologia Simplificada para mensuração da perda esperada associada ao risco de crédito

Adicionalmente, o Banco estima, juntamente com o BBVA S.A. a perda esperada em suas exposições a risco de crédito. Se necessário, o Banco constitui provisões suplementares àquelas apuradas pela aplicação da Metodologia Simplificada, nos casos em que as provisões mínimas não forem consideradas suficientes para cobrir a totalidade das perdas esperadas.

O Banco aplica a abordagem de três estágios para mensurar a perda de crédito esperada, na qual os ativos financeiros migram de um estágio para outro de acordo com as mudanças no risco de crédito.

Estágio 1: refere-se aos instrumentos financeiros sem aumento significativo do risco de crédito em relação à data da origem do crédito. Para esses casos, a probabilidade de default considerada no modelo de perda estimada é calculada para os próximos 12 meses apenas.

Estágio 2: refere-se aos instrumentos financeiros com aumento significativo do risco de crédito, mas que ainda não entraram em recuperação de crédito (sem default). Para esses casos, a probabilidade de default considerada no modelo é estimada para todo o prazo contratual do instrumento financeiro ("lifetime").

Estágio 3: refere-se a instrumentos financeiros em recuperação de crédito (em default). Para esses casos, os créditos já estão em default.

g. Ativos e passivos circulantes e não circulantes

São demonstrados pelos valores de realizações e compromissos estabelecidos nas contratações, incluindo, quando aplicável, os rendimentos ou encargos auferidos ou incorridos até a data do balanço.

h. Provisões, ativos e passivos contingentes e obrigações legais fiscais e previdenciárias

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos e passivos contingentes, e obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos na Resolução nº 3.823, de 16 de dezembro de 2009,

que aprovou o Pronunciamento Técnico CPC nº 25, da seguinte forma:

- **Ativos contingentes:** são reconhecidos somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, transitadas em julgado. Os ativos contingentes com êxitos prováveis são apenas divulgados em nota explicativa;
- **Passivos contingentes:** É determinada a probabilidade de quaisquer julgamentos ou resultados desfavoráveis das ações. A determinação da provisão necessária para essas contingências é feita após análise de cada ação e com base na opinião dos seus assessores legais. Estão provisionadas as contingências para aquelas ações que julgamos como provável a possibilidade de perda. As provisões requeridas para essas ações podem sofrer alterações no futuro devido às mudanças relacionadas ao andamento de cada ação;

Os avaliados com risco de perda possível não são reconhecidos contabilmente, sendo apenas divulgados, e os avaliados com risco de perda remota não requerem provisão nem divulgação.

- **Obrigações legais:** referem-se a processos administrativos ou judiciais relacionados a obrigações tributárias e previdenciárias, cujo objeto de contestação é sua legalidade ou a constitucionalidade que, independentemente da avaliação acerca da probabilidade de sucesso, os montantes discutidos são integralmente provisionados e atualizados de acordo com a legislação vigente.

Os depósitos judiciais eram mantidos em conta de ativo, sem a dedução das provisões para passivos contingentes, em atendimento às normas do BACEN.

i. *Ativos Imobilizados*

i. Reconhecimento e mensuração

Os ativos imobilizados são avaliados pelo custo menos as depreciações acumuladas e as perdas por “*impairment*”, quando aplicável.

O custo inclui as despesas diretamente atribuíveis à aquisição do ativo. O custo de ativos imobilizados construídos pela própria empresa inclui o custo de materiais e mão-de-obra direta, quaisquer outros custos diretamente atribuíveis necessários à operacionalidade para a utilização prevista.

ii. Custos subsequentes

O custo de substituir parte de um ativo imobilizado é capitalizado ao valor do bem quando for provável que os benefícios econômicos futuros decorrentes das partes substituídas serão revertidos para o Grupo e o seu custo pode ser mensurado de maneira confiável. O valor remanescente da parte substituída é baixado. Os custos de reparos rotineiros dos ativos imobilizados são reconhecidos no resultado, quando incorridos.

iii. Depreciação

A depreciação é reconhecida no resultado pelo método linear, considerando a vida útil estimada de cada parte de um ativo imobilizado.

j. *Ativos intangíveis*

As licenças de uso de software são registradas como ativo intangível quando:

- (i) são identificáveis e separáveis;
- (ii) a Instituição detém o controle sobre os benefícios econômicos futuros; e
- (iii) é provável que gerarão benefícios econômicos futuros.

O reconhecimento inicial ocorre pelo custo de aquisição, acrescido dos gastos diretamente atribuíveis para colocar o ativo em condições de uso. Custos de treinamento, manutenção, suporte e outros de natureza administrativa são reconhecidos diretamente no resultado quando incorridos.

A amortização é realizada pelo método linear, considerando a vida útil definida estimada para cada

licença, a qual é revista ao menos anualmente. Para ativos com vida útil indefinida (quando aplicável), não é registrada amortização, mas realiza-se teste de recuperabilidade ao menos uma vez por ano.

k. Arrendamentos

Os arrendamentos são reconhecidos como um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento correspondente na data em que o bem arrendado se torna disponível para uso do Banco, inicialmente mensurado a valor presente, de acordo com as diretrizes do CPC 06 (R1).

No reconhecimento inicial foi registrado na rubrica de passivos de arrendamento o valor correspondente ao total dos pagamentos futuros a valor presente em contrapartida aos Ativos de Direitos de Uso que são amortizados de forma linear pelo prazo do arrendamento. A despesa financeira é correspondente aos juros do passivo de arrendamento. Os contratos de arrendamento referem-se à locação de imóveis para uso em operações pelo Banco em São Paulo.

l. Imposto de renda e contribuição social

As provisões para os tributos diretos estão constituídas com base nas alíquotas demonstradas a seguir, conforme a legislação vigente para cada encargo:

Encargo	Alíquota (%)
Imposto de Renda	15,00
Adicional de IRPJ	10,00
Contribuição Social (CSLL)	20,00
PIS	0,65
COFINS	4,00

A provisão para IRPJ é calculada à alíquota base de 15% sobre o lucro tributável, acrescida de 10% a título de adicional sobre a parcela excedente a R\$ 20 mil mensais. A alíquota da CSLL sofreu as seguintes alterações ao longo dos anos:

- Até agosto/2015: 15% / - setembro/2015 a dezembro/2018: 20% (Lei nº 13.169/2015)
- janeiro/2019: retorno a 15%
- março/2020: majorada para 20% (EC nº 103/2019)
- julho/2021: 25% (MP nº 1.034/2021)
- janeiro/2022: redução para 20% / agosto–dezembro/2022: 21% (MP nº 1.115/2022)
- Desde janeiro/2023: 20%

Os impostos diferidos decorrentes de diferenças temporárias e prejuízo fiscal e base negativa da contribuição social foram constituídos com base nas alíquotas supracitadas e estão em conformidade com a Resolução CMN no 4.842/20, e serão realizados, para as diferenças temporárias, quando da utilização e/ou reversão das respectivas provisões sobre as quais foram constituídos e, para o prejuízo fiscal e base negativa de CSLL, de acordo com a geração de lucros tributáveis.

Os créditos tributários de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro, decorrentes de diferenças temporárias, prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social, são reconhecidos no ativo quando há expectativa de realização por meio de lucros tributáveis futuros. As obrigações fiscais correntes e diferidas são reconhecidas no passivo, conforme aplicável.

A Lei nº 14.467, promulgada em 16 de novembro de 2022, introduziu novas regras para a dedutibilidade das perdas com créditos inadimplidos pelas instituições financeiras e demais entidades autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. Essa norma, com vigência a partir de 1º de janeiro de 2025, estabelece a utilização de fatores fixos para dedução de operações com atraso superior a 90 dias.

No caso das perdas existentes em 1º de janeiro de 2025, relativas a créditos inadimplidos até 31 de dezembro de 2024 e que não tenham sido deduzidas até essa data (estoque), a dedução será permitida somente a partir de janeiro de 2026, à razão de 1/84 ou 1/120 avos mensais, conforme previsto na Lei nº 15.078, de 27 de dezembro de 2024. Adicionalmente, a dedução no exercício de 2025 estará limitada ao valor do lucro real apurado, sendo que as perdas excedentes serão tratadas como estoque.

m. *Estimativas contábeis*

A elaboração de demonstrações financeiras, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo BACEN requer que a Administração use de julgamento na determinação e registro de estimativas contábeis.

Passivos significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem imposto de renda diferido e provisão para contingência, no entanto, para este último, não há a necessidade de sua constituição por não haver processos sujeitos a perdas prováveis. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados, devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. As estimativas e premissas são revisadas, no mínimo semestralmente.

n. *Resultado não recorrente*

A Resolução BCB nº 2/20 determina que as instituições financeiras devem apresentar em suas notas explicativas, de forma segregada, os resultados recorrentes e não recorrentes incorridos no período.

As políticas internas do BBVA Brasil Banco de Investimento consideram resultados não recorrentes os impactos econômicos de eventos que não estejam relacionados com as atividades usuais da instituição ou que não haja previsão que ocorram no futuro.

4 Segregação entre circulante e não circulante

Em 31 de dezembro de 2025, os ativos e passivos do balanço patrimonial, classificados entre circulantes e não circulantes, de acordo com os prazos estimados de realização ou liquidação em até doze meses ou após esse período, estão assim apresentados:

ATIVO	31.12.2025	Circulante	Não circulante
Caixa e equivalentes de caixa	475.948	475.948	-
Ativos Financeiros ao Valor Justo por Resultado	13.893	10.444	3.449
Instrumentos Financeiros Derivativos	13.893	10.444	3.449
Ativos Financeiros ao Valor Justo por Outros Resultados Abrangentes (VJORA)	624.882	624.882	-
Títulos e Valores Mobiliários	624.882	624.882	-
Ativos Financeiros ao Custo Amortizado	542.951	411.560	131.392
Adiantamento operações de câmbio	553.467	419.531	133.936
Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	(10.516)	(7.971)	(2.545)
Outros Ativos	24.095	24.095	-
Ativos fiscais diferidos	40.306	34.568	5.738
Ativo Permanente	58.461	2.632	55.829
Ativo Imobilizado	15.281	-	15.281
Ativo Arrendamento	8.174	2.632	5.542
Ativo Intangível	35.006	-	35.006

TOTAL DO ATIVO	1.780.537	1.584.129	196.407
PASSIVO			
Passivos Financeiros ao Valor Justo no Resultado	12.156	9.307	2.850
Instrumentos Financeiros Derivativos	12.156	9.307	2.850
Passivos Financeiros ao Custo Amortizado	559.342	419.876	139.466
Obrigações por Empréstimo	559.342	419.876	139.466
Passivos fiscais diferidos	6.932	2.395	4.537
Imposto corrente	5.477	5.477	-
Passivos Contingentes	495	-	495
Outros Passivos	79.642	79.642	-
Passivo Arrendamento	8.604	2.168	6.436
TOTAL DO PASSIVO	672.648	518.865	153.784
Capital Social	1.084.892		
Reservas de Capital	16.202		
Outros Resultados Abrangentes	(19)		
Lucros/Prejuízo Acumulados	6.814		
Total do Patrimônio Líquido	1.107.889		
TOTAL DO PASSIVO E Patrimônio Líquido	1.780.537	518.865	153.784

5 Componentes de caixa e equivalente caixa

O caixa e equivalentes de caixa estão assim representados:

	31.12.2025
Disponibilidade em moeda nacional	1
Disponibilidade em moeda estrangeira	9.465
Depósitos voluntários Bacen	466.482
Total	475.948

As disponibilidades em moeda nacional e estrangeiras e os depósitos voluntários no Bacen são classificadas como caixa e equivalentes de caixa para fins de apresentação da demonstração dos fluxos de caixa, quando atendido às determinações do CPC 03 (R2) – Demonstração dos fluxos de caixa.

Os depósitos voluntários no Banco Central referem-se a recursos de liquidez do Banco registrados na conta de Reservas Bancárias, de forma voluntária, conforme Resolução BCB nº 129/2021 e Comunicado nº 38.288/2022, com duração de um dia útil e remuneração diária definida pelo Banco Central do Brasil (BACEN), no formato anual considerando-se 252 dias úteis.

6 Classificação e mensuração dos instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros estão classificados e compostos conforme demonstrado abaixo:

a. Composição e classificação

31.12.2025					
	Ativos financeiros ao custo amortizado	Ativos Financeiros ao Valor Justo por Outros Resultados Abrangentes	Ativos/passivos Financeiros ao Valor Justo por Resultado	Passivos Financeiros ao Custo Amortizado	Total
Títulos e valores mobiliários	-	624.882	-	-	624.882
Instrumentos Financeiros Derivativos	-	-	13.893	-	13.893
Adiantamentos sobre operações de câmbio	553.467	-	-	-	553.467
Provisão para perda esperada associada ao risco de crédito	(10.516)	-	-	-	(10.516)
Total de Ativos	542.951	624.882	13.893	-	1.181.726
Instrumentos Financeiros Derivativos	-	-	12.156	-	12.156
Empréstimo no exterior	-	-	-	559.342	559.342
Total de Passivos	-	-	12.156	559.342	571.498

b. Nível de hierarquia de mensuração dos ativos e passivos financeiros a valor justo

31.12.2025					
	Valor Custo		Valor Justo		
	Total	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
Ativo					
Ativos Financeiros ao Valor Justo por Resultado					
Instrumentos Financeiros Derivativos	13.893	-	13.893	-	13.893
Ativos Financeiros ao Valor Justo por Outros Resultados Abrangentes (VJORA)					
Títulos e valores mobiliários	624.882	624.882	-	-	624.882
Total Ativo	638.775	624.882	13.893	-	638.775
Passivo					
Passivos Financeiros ao Valor Justo por Resultado					
Instrumentos Financeiros Derivativos	12.156	-	12.156	-	12.156
Total Passivo	12.156	-	12.156	-	12.156

c. Prazo dos instrumentos financeiros derivativos mensurados pelo valor justo ao resultado

31.12.2025	
Valores a receber/(pagar)	

	Valor Nominal	de 3 meses a 1 ano	superior a 1 ano	Valor de Mercado
Ativos e Passivos Financeiros ao Valor Justo por Resultado				
Swaps				
Posição Ativa				
Euro	350.000	10.444	-	10.444
CDI	165.798	-	3.449	3.449
		10.444	3.449	13.893
Posição Passiva				
Euro	165.798		(2.850)	(2.850)
CDI	350.000	(9.306)		(9.306)
		(9.306)	(2.850)	(12.156)

d. Mensuração dos ativos e passivos ao valor justo por outros resultados abrangentes

	31.12.2025
Carteira Própria	
Títulos - Letras Financeiras do Tesouro (LFT) (a)	624.882
Total	624.882

(a) A LFT possui vencimento até 3 meses

e. Mensuração dos ativos e passivos ao custo amortizado

	31.12.2025	De 3 a 6 meses	De 6 a 12 meses	De 1 a 3 anos	Total
Ativo					
Adiantamento operações de câmbio (AOC)	553.467	83.146	336.385	133.936	553.467
Provisão para perda esperada associada ao risco de crédito	(10.516)	(1.580)	(6.391)	(2.545)	(10.516)
Total ativo	542.951	81.566	329.994	131.391	542.951
Passivo					
Obrigação por empréstimo e repasse	(559.342)	(83.060)	(336.816)	(139.466)	(559.342)
Total passivo	(559.342)	(83.060)	(336.816)	(139.466)	(559.342)

No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, a distribuição dos instrumentos financeiros por classe e estágio são assim apresentados:

31.12.2025

	Estágio 1
Ativos financeiros	
Ao custo amortizado	
Adiantamento operações de câmbio	553.467
Total - Ao custo amortizado	553.467
Ao valor justo por outros resultados abrangentes	
Títulos e valores mobiliários	624.882
Total - Ao valor justo por outros resultados abrangentes	624.882
Ao valor justo por resultado	
Instrumentos Financeiros Derivativos	13.893
Total - Ao valor justo por resultado	13.893
Total - Ativos financeiros	1.192.242
Passivos financeiros	
Ao custo amortizado	
Obrigações por empréstimo e repasse	559.342
Total - Ao custo amortizado	559.342
Total - Passivos financeiros	559.342

f. Resultado da intermediação financeira por categoria

	2º Semestre 2025	31.12.2025
Valor Justo por Resultado		
Rendas de Aplicação em Fundos de Investimentos	169	437
Resultado com Instrumentos Financeiros Derivativos	1.738	1.736
Valor Justo por Outros Resultados Abrangentes (VJORA)		
Letra financeira do tesouro - LFT	43.137	76.441
Letras financeiras - LF	-	1.096
Lucro na venda de ações de companhias abertas	-	994
Custo Amortizado		
Receita de aplicações interfinanceiras de liquidez	3	277
Receita de aplicações voluntárias no Banco Central	34.875	45.823
Despesas com repasses e empréstimos	(9.992)	(10.554)
Receita adiantamento operações de cambio	11.845	12.491
Resultado perda esperada associada ao risco de crédito	(8.430)	(10.266)
Total	73.343	118.476

7 Arrendamentos

O Banco é arrendatário em contratos (que incluem cláusula de reajuste) de locação de imóveis para uso em suas operações.

O saldo reconhecido no balanço patrimonial referente aos arrendamentos existentes são:

	<u>31.12.2025</u>
Direito de uso de ativos arrendados	8.174
Passivo de arrendamento	(8.604)

Valores de arrendamento reconhecidos na Demonstração do Resultado:

	<u>31.12.2025</u>
Despesa de Amortização	(2.091)
Despesas de Juros	(1.102)

A movimentação do passivo de arrendamento no exercício foi a seguinte:

	<u>31.12.2025</u>
Saldo inicial	-
Adições	10.265
Pagamento	(2.763)
Juros	1.102
Saldo 31.12.2025	<u>8.604</u>

Abaixo apresentamos o total dos futuros pagamentos de locações operacionais:

	<u>31.12.2025</u>		
	<u>Até 1</u>	<u>De 1 a 3</u>	<u>Acima</u>
	<u>ano</u>	<u>anos</u>	<u>de 3</u>
			<u>anos</u>
Aluguel de imóveis	2.168	4.789	1.647
Total	2.168	4.789	1.647

8 Ativo permanente

Registrado pelo custo de aquisição, formação ou construção, deduzidos de depreciação acumulada. A depreciação/amortização dos ativos é calculada pelo método linear com base nas taxas anuais, a qual leva em consideração o tempo de vida útil estimado com os respectivos valores residuais, que foram considerados imateriais.

	<u>Instalações</u>	<u>Móveis e equipamentos</u>	<u>Móveis e utensílios</u>	<u>Veículos</u>	<u>Equipamentos de processamento de dados</u>	<u>Equipamento de comunicação e segurança</u>	<u>Benefitorias em imóveis de terceiros</u>	<u>Total Imobilizado</u>	<u>Intangível software</u>	<u>Arrendamento Aluguel de Imóvel</u>	<u>Total</u>
Custo											
Saldos em 31/12/2024	98	33	635	359	661	78	844	2.708	23.181	-	25.889
Adições	-	-	195	-	6.067	2.509	6.911	15.682	16.351	10.266	42.299
Baixas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldos em 31/12/2025	98	33	830	359	6.728	2.587	7.755	18.390	39.532	10.266	68.188
Depreciação acumulada											
Saldos em 31/12/2024	(37)	(30)	(88)	(157)	(257)	(73)	(30)	(672)	(18)	-	(690)
Adições	(12)	(1)	(115)	(72)	(742)	(187)	(1.308)	(2.437)	(4.508)	(2.092)	(9.037)
Baixas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldos em 31/12/2025	(49)	(31)	(203)	(229)	(999)	(260)	(1.338)	(3.109)	(4.526)	(2.092)	(9.727)
Saldos em 31/12/2024	61	3	547	202	404	5	814	2.036	23.163	-	25.199
Saldos em 31/12/2025	49	2	627	130	5.729	2.327	6.417	15.281	35.006	8.174	58.461

9 Outros ativos e passivos

Ativo	31.12.2025
Imposto de renda a recuperar	159
Despesas antecipadas	3.581
Contas a receber coligadas	18.242
Adiantamento e antecipações salariais	1.995
Outros	119
	24.096

Passivo	31.12.2025
Dividendos a pagar	206
Fornecedores	13.702
Provisão de bônus a pagar	28.722
Obrigações com pessoal	6.074
Obrigações por negociação e intermediação	8.016
Provisão para Contingência fiscal	495
Encargos sociais	15.415
Pis e COFINS	1.470
Valores a Pagar - ligadas	787
Outros passivos	5.250
Total	80.137

10 Patrimônio Líquido

a. *Capital social*

O capital social em 31 de dezembro de 2025, totalmente subscrito e integralizado, é representado por 865.616.882 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal. Sendo o Banco Bilbao Vizcaya Argentaria S.A o acionista que corresponde a 99,99% das ações.

Em Assembleia Geral Extraordinária de 14 de janeiro de 2025, foi aprovado o aumento de capital do Banco de R\$ 56.229 para R\$602.151 um aumento, portanto de 545.922.

Em Assembleia Geral Extraordinária de 24 de abril foi aprovado aumento de capital do Banco de R\$ 602.151 para 1.084.892, um aumento, portanto de R\$482.741.

Em ofício datado em 13 de junho de 2025, o Banco Central aprovou os aumentos de capital deliberado nas Assembleias mencionadas acima.

b. *Destinação do lucro*

A reserva legal é constituída pela apropriação de 5% do lucro líquido do exercício de acordo com o Estatuto Social, até o limite de 20% do capital social definido pela legislação societária. Em 31 de dezembro de 2025, não houve a constituição de reserva legal sobre o lucro líquido do exercício, devido a empresa apresentar prejuízo.

11 Provisão para passivos contingentes

Em 31 de dezembro de 2025, o Banco possuía 1 (um) processo de natureza tributária classificado como perda provável, devidamente provisionado no passivo no montante de R\$ 495 (31 de dezembro de 2024: R\$ 0).

A contingência refere-se ao Processo nº 0000865-15.2011.403.6500 (Embargos à Execução nº 0000003-10.2012.403.65.00), que discute diferenças de recolhimento decorrentes da compensação de saldo negativo de IRPJ e prejuízo fiscal de CSLL apurados em 2005 com outros tributos federais.

A controvérsia decorre de divergência de interpretação jurídico-tributária quanto aos requisitos formais aplicáveis à compensação dos créditos, não havendo questionamento quanto à existência ou legitimidade dos créditos utilizados.

O processo encontra-se em fase de perícia judicial em primeira instância, com exigibilidade suspensa e sem expectativa de desembolso imediato.

A provisão foi constituída em dezembro de 2025 após reavaliação da probabilidade de perda pelos assessores jurídicos externos, que passaram a classificá-la como provável.

A movimentação da provisão no exercício foi a seguinte:

Natureza	Saldo em 31/12/2024	Constituição	Atualizações	Baixas/ Reversões	Saldo em 31/12/2025
Tributária	-	495	-	-	495

12 Imposto de renda e contribuição social

a. Imposto de Renda e Contribuição Social Correntes

Os tributos sobre o lucro (IRPJ e CSLL) são calculados com base no lucro tributável, de acordo com a legislação vigente, e reconhecidos pelo regime de competência.

b. Alíquotas

A provisão para IRPJ é calculada à alíquota base de 15% sobre o lucro tributável, acrescida de 10% a título de adicional sobre a parcela excedente a R\$ 20 mil mensais. Desde janeiro de 2023, a alíquota da CSLL aplicável às instituições financeiras é de 20%.

c. IRPJ e CSLL Correntes

No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, o Banco apresentou prejuízo contábil antes do IRPJ e da CSLL. Não obstante, a apuração fiscal do período resultou em lucro tributável, em função dos ajustes fiscais e das diferenças temporárias previstas na legislação, refletidas no reconhecimento de ativos e passivos fiscais diferidos.

Em decorrência do lucro fiscal apurado, foi reconhecida despesa corrente de IRPJ e CSLL no montante de R\$ 5.477, calculada com base nas alíquotas aplicáveis às instituições financeiras.

Descrição	31/12/2025
Resultado antes do IRPJ e CSLL	(28.226)
Adições/Exclusões permanentes (líquidas)	11.696
Adições/Exclusões temporárias (líquidas)	34.274
Lucro real antes da compensação	17.744
Compensação 0 Prejuízo fiscal e base negativa (limite 30%)	(5.323)
Lucro real após compensação	12.421
IRPJ e CSLL devidos (antes de deduções)	5.535
Deduções fiscais (PAT/IRRF e outras)	(58)
Despesa corrente de IRPJ e CSLL registrada no período	5.477

d. Dedutibilidade de perdas com créditos

Em 2025, o Banco iniciou o processo de constituição de provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito.

Tais provisões são consideradas, neste momento, integralmente indedutíveis para fins fiscais.

Consequentemente, foi reconhecido ativo fiscal diferido correspondente, cuja realização ocorrerá de acordo com os prazos contratuais dos respectivos instrumentos financeiros.

Em 31 de dezembro de 2024, não havia saldos registrados relacionados a provisão para perdas associadas ao risco de crédito.

e. Conciliação da Alíquota Nominal e Efetiva

A conciliação foi elaborada conforme CPC 32 – Tributos sobre o Lucro.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, o Banco apresentou prejuízo contábil antes dos tributos. Em decorrência do reconhecimento de ativos fiscais diferidos sobre diferenças temporárias dedutíveis constituídas no período, foi registrada receita líquida de imposto, resultando em alíquota efetiva negativa.

Descrição	31/12/2025
Resultado antes do IRPJ e da CSLL	(28.226)
Receita de IRPJ e CSLL (corrente e diferido)	27.824
Alíquota efetiva	-98,60%

A receita de imposto total de R\$ 27.824 decorre da combinação de despesa corrente de IRPJ e CSLL no montante de R\$ 5.477, apurada sobre o lucro fiscal do período, compensada pelo reconhecimento líquido de receita de imposto diferido, principalmente relacionada à constituição de créditos tributários sobre diferenças temporárias de R\$ 33.359.

A alíquota efetiva negativa decorre principalmente do reconhecimento de ativos fiscais diferidos, cujo efeito superou a despesa corrente apurada sobre o lucro fiscal do período.

f. Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos

Os ativos fiscais diferidos são reconhecidos na medida em que seja provável a geração de lucros tributáveis futuros suficientes para sua realização, conforme requerido pelo CPC 32 – Tributos sobre o Lucro, com base em projeções de resultados aprovadas pela Administração e revisadas periodicamente.

Os ativos fiscais diferidos decorrem, principalmente, de prejuízos fiscais e bases negativas de CSLL, provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito, provisões de bônus e demais diferenças temporárias dedutíveis.

Em 31 de dezembro de 2025, o total de ativos fiscais diferidos registrado é de R\$ 33.375, sendo:

- R\$ 33.359 reconhecidos no resultado do exercício;
- R\$ 16 reconhecidos diretamente no patrimônio líquido.

Houve realização de ativos fiscais diferidos no período no montante de R\$ 2.395, correspondente à compensação de prejuízo fiscal e base negativa de CSLL, observado o limite legal de 30%.

A realização estimada dos ativos e passivos fiscais diferidos está baseada nas projeções de resultados tributáveis futuros aprovadas pela Administração, considerando o limite legal de compensação de prejuízos fiscais e bases negativas de CSLL, bem como a expectativa de reversão das diferenças temporárias que deram origem aos créditos tributários. Com as premissas atualmente adotadas, não se espera realização relevante além do horizonte apresentado.

Em 31 de dezembro de 2025, o Banco não possui créditos tributários não reconhecidos, tendo sido integralmente registrados os créditos que atendem aos critérios de probabilidade de realização estabelecidos pelo CPC 32.

Constituição dos Ativos e Passivos Fiscais Diferidos

	<u>31/12/2024</u>	<u>Constituição</u>	<u>Realização</u>	<u>31/12/2025</u>
Prejuízo fiscal e base negativa de CSLL	-	12.363	(2.395)	9.968
Arrendamento mercantil	-	193	-	193
Provisões de bônus e encargos	-	19.059	-	19.059
Provisão para Contingência fiscal	-	223	-	223
Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	-	4.732	-	4.732
Instrumentos financeiros derivativos	-	(816)	-	(816)
Total do imposto diferido constituído	-	35.754	(2.395)	33.359
Diferido com contrapartida no Patrimônio Líquido				
TVM - ações em companhias abertas	467		(467)	0
(-) Ajuste MTM TPF Livre (LFT)		16		16
Total do imposto diferido constituído	467	16	(467)	16
Total Geral	467	35.770	(2.862)	33.375

Realização estimada dos Ativos e Passivos Fiscais Diferidos

A realização estimada dos ativos e passivos fiscais diferidos, apresentada a valor nominal, é demonstrada a seguir:

	2025	2026	2027	2028	2029	2030	Total
Prejuízo fiscal e base negativa de CSLL	2.395	7.573	-	-	-	-	9.968
Arrendamento mercantil	-	(204)	(1)	137	261	-	193
Provisões de bônus e encargos	-	19.059	-	-	-	-	19.059
Provisão para Contingência fiscal	-	223	-	-	-	-	223
Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	-	3.587	965	180	-	-	4.732
Instrumentos financeiros derivativos	-	(475)	-	-	-	(341)	(816)
Realização estimada por ano	2.395	29.763	964	317	261	(341)	33.359

Valor Presente dos Ativos e Passivos Fiscais Diferidos

A Administração elaborou análise complementar do valor presente dos ativos fiscais diferidos com base no cronograma estimado de realização divulgado nesta nota. O cálculo foi efetuado mediante o desconto dos fluxos anuais pela taxa de 14,9% a.a., correspondente à taxa CDI pré obtida da curva “Clean Curve”, na data-base de 30/12/2025, aplicada de forma uniforme ao longo do horizonte de realização.

<u>Ano</u>	<u>Realização Nominal</u>	<u>Valor Presente</u>	<u>Ano</u>	<u>Fator de Desconto</u> <u>Fator (1,149ⁿ)</u>
2025	2.395	2.083	1	1,15
2026	29.763	22.548	2	1,32
2027	964	634	3	1,52
2028	317	182	4	1,74
2029	261	131	5	2,00
2030	(341)	(148)	6	2,30
Total	33.359	25.429		

O fluxo nominal total de R\$ 33.359 corresponde a um valor presente estimado de R\$ 25.429 em 31 de dezembro de 2025.

A apuração a valor presente é apresentada exclusivamente para fins informativos e não altera o valor contábil dos ativos fiscais diferidos reconhecidos nas demonstrações financeiras, os quais permanecem mensurados conforme o CPC 32 – Tributos sobre o Lucro.

g. Reforma Tributária (IBS, CBS e Imposto Seletivo) – divulgação de incertezas e avaliação de impactos

A Emenda Constitucional nº 132/2023 introduziu a reforma da tributação sobre o consumo, criando o IBS (Imposto sobre Bens e Serviços) e a CBS (Contribuição sobre Bens e Serviços), além do IS (Imposto Seletivo), com período de transição iniciado em 2026 e implementação gradual até a substituição dos tributos atuais, conforme regulamentação. A Lei Complementar nº 214, de 16 de janeiro de 2025, instituiu

o IBS, a CBS e o IS e definiu regras gerais e regimes específicos/diferenciados, incluindo diretrizes para o setor financeiro.

Para 2026, a CBS e o IBS operam em ambiente de “teste”, com obrigações acessórias e regras de destaque/documentos fiscais em evolução; contribuintes que cumprirem as obrigações acessórias e emitirem documentos fiscais/declarações conforme as normas aplicáveis poderão ser dispensadas do recolhimento no ano teste, conforme orientações da Receita Federal.

O Banco encontra-se em fase de preparação para a Reforma Tributária sobre o Consumo. Considerando que o Banco iniciou suas atividades operacionais em 2025, não há impactos quantificáveis a serem reportados até 31 de dezembro de 2025.

Para fins de adequação às novas exigências, o Banco está em processo de contratação de consultoria externa especializada para diagnóstico dos impactos, bem como estruturou um grupo de trabalho interno.

Adicionalmente, o Banco encontra-se em processo de implementação de módulos sistêmicos destinados a assegurar a aderência aos requisitos decorrentes da Reforma Tributária, bem como a adequação futura dos processos de contas a pagar aos parâmetros normativos estabelecidos pela Receita Federal do Brasil.

h. Despesas Tributárias - PIS e COFINS

As contribuições para o Programa de Integração Social (PIS) e para a Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS) são calculadas de acordo com o regime cumulativo, às alíquotas de 0,65% e 4,0%, respectivamente, conforme legislação vigente aplicável às instituições financeiras.

As despesas de PIS e COFINS são reconhecidas pelo regime de competência e registradas como despesas operacionais.

13 Demonstração do Resultado

a. Despesas com pessoal

	2° Semestre 2025	31.12.2025
Benefícios	5.924	9.708
Encargos sociais	17.117	26.729
Proventos	56.657	81.531
Treinamento	131	162
Total	79.829	118.130

b. Despesas Administrativas

	<u>2° Semestre 2025</u>	<u>31.12.2025</u>
Despesas de Água, Energia e Gás	47	63
Despesas de Aluguéis e Condomínios	256	1.059
Despesas de Comunicações	339	618
Despesa Manutenção de Bens	-	4
Despesas de Material	67	102
Despesas de Seguros	90	151
Despesas do Sistema de Serviço Financeiro	1.237	1.530
Despesas de Serviços de Terceiros	180	324
Despesas de serviços, vigilância e segurança	133	266
Despesas de Serviços Técnicos Especializados	5.611	11.757
Despesas de Transportes	50	81
Despesas de processamento de dados	138	1.430
Despesas de propaganda e publicidade	39	53
Despesa de viagem	1.501	2.474
Outras Despesas Administrativas	383	629
Total	<u>10.071</u>	<u>20.541</u>

c. Despesas Tributárias

	<u>2° Semestre 2025</u>	<u>31.12.2025</u>
COFINS	3.847	5.840
Pis	625	949
IPTU	215	430
IOF	37	4.025
ISS Próprio	912	912
Outros impostos e taxas	1.023	2.057
Total	<u>6.660</u>	<u>14.213</u>

d. Outras receitas (despesas) operacionais

	<u>2° Semestre 2025</u>	<u>31.12.2025</u>
Variação Selic	205	356
Outras	79	180
Juros pagos	-	(150)
Resultado não recorrente (a)	(24)	(116)
Outras despesas indedutíveis (b)	(850)	(1.395)
Despesas a pagar - ligadas	(787)	(787)
Provisão para Contingência fiscal	(495)	(495)
	<u>(1.872)</u>	<u>(2.407)</u>

(a) Resultado não recorrente refere-se a despesas relacionadas a perdas operacionais no período.

(b) A conta contábil outras despesas indedutíveis, em sua grande proporção, reflete valores dimensionados a relatório de despesas de funcionários, especificamente relatório de despesas dos administradores.

14 Transações com partes relacionadas

Conforme o CPC 05 as partes relacionadas são definidas como sendo seus controladores e acionistas com participação relevante, empresas a eles ligadas, seus administradores e demais membros do pessoal-chave da Administração e seus familiares. Os principais saldos de ativos e passivos em 31 de dezembro de 2025 estão demonstrados abaixo:

Ativo	Contraparte	31.12.2025
Depósito em Moeda estrangeira	Banco Bilbao Vizcaya Argentaria S.A	8.309
Contas a receber coligadas	Banco Bilbao Vizcaya Argentaria S.A	18.242
Instrumentos financeiros derivativos	Banco Bilbao Vizcaya Argentaria S.A	10.445
Passivo		
Empréstimos a pagar	Banco Bilbao Vizcaya Argentaria S.A	559.342
Valores a Pagar - ligadas	Banco Bilbao Vizcaya Argentaria S.A	787
Instrumentos financeiros derivativos	Banco Bilbao Vizcaya Argentaria S.A	2.850
Resultado		
Resultado com Instrumentos financeiros derivativos	Banco Bilbao Vizcaya Argentaria S.A	7.595
Despesas com repasses e empréstimos	Banco Bilbao Vizcaya Argentaria S.A	10.554
Receita de prestação de serviços	Banco Bilbao Vizcaya Argentaria S.A	18.242
Outras despesas operacionais	Banco Bilbao Vizcaya Argentaria S.A	787

Remuneração do pessoal-chave da administração

O pessoal-chave da Administração são os diretores executivos. A remuneração paga aos Administradores no semestre findo em 31 de dezembro de 2025 foi no montante de R\$ 14.055, sendo R\$ 9.621 referentes a Proventos e R\$ 4.434 a Encargos, registrada na rubrica despesas com pessoal.

15 Outras informações

- a. O resultado de variação cambial, em 31 de dezembro de 2025, refere-se, basicamente, a operação de adiantamento de contrato de câmbio e empréstimo no exterior, totalizado um resultado positivo de R\$ 489.

16 Acordo de Basiléia (limite operacional)

O Banco Central do Brasil, através da Resolução BCB 200 de 11 de março de 2022, institui a apuração do patrimônio de referência (PR), de capital principal e do patrimônio de referência mínimo para os ativos ponderados por risco (RWA).

O índice de Basiléia para 31 de dezembro de 2025 foi de 176,99%.

	<u>12.2025</u>
Capital Total (PR)	1.063
Capital Principal (CET1)	1.063
Capital Social	1.084
Lucros ou prejuízos acumulados	23
Ajustes Prudenciais	(45)
Capital adicional de nível I (AT1)	-
Capital de nível I (AT2)	-
RWA	601
Risco de crédito	478
Risco de Mercado	46
Risco Operacional	77
Índice de capital principal	176,99%
Índice de capital de nível 1	176,99%
Índice de capital total (índice de Basiléia)	<u>176,99%</u>

17 Gerenciamento de riscos

O BBVA Brasil realiza o gerenciamento dos riscos aos quais está exposto de forma integrada, avaliando de maneira conjunta todos os impactos, em conformidade com a abordagem de Gestão Integrada de Riscos estabelecida pelo Grupo BBVA. Essa abordagem tem como objetivos assegurar uma cultura de riscos sólida e disseminada em toda a organização, garantir uma gestão de riscos consistente, abrangente e prudente, apoiar a tomada de decisão com base em adequada visibilidade e compreensão dos riscos, bem como assegurar que os riscos assumidos estejam alinhados à estratégia, ao perfil de risco e aos limites internos definidos pela instituição.

A estrutura de gerenciamento de riscos do BBVA Brasil está em conformidade com a Resolução CMN nº 4.557/17, que dispõe sobre a estrutura de gerenciamento de riscos e de capital das instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (Bacen).

a. Gerenciamento da estrutura de capital

Em conformidade com a Resolução CMN nº 4.557/2017 e com a Resolução CMN nº 4.955/2021, o BBVA Brasil mantém uma estrutura de gerenciamento de capital compatível com a sua classificação como instituição do segmento S4, com a natureza de suas operações e com a dimensão dos riscos aos quais está exposto. A estrutura tem por objetivo assegurar que o Banco preserve, em bases prospectivas e contínuas, níveis adequados de capital para o desenvolvimento regular de suas atividades e para a absorção de perdas inesperadas. O gerenciamento de capital está alinhado ao planejamento estratégico e orçamentário da instituição, bem como ao apetite por risco definido localmente, considerando as diretrizes do grupo BBVA e às exigências regulatórias locais.

b. Risco operacional

O risco operacional materializa-se em perdas decorrentes de: erro humano; processos internos inadequados; conduta imprópria em relação a clientes, mercados ou à própria instituição; fragilidades nos programas de prevenção à lavagem de dinheiro e financiamento do terrorismo; falhas, interrupções ou deficiências em sistemas ou comunicações; roubo, perda ou uso indevido de informações e deterioração de sua qualidade; fraude interna ou externa incluindo, em todos os casos, fraude resultante de ataques cibernéticos; roubo ou dano físico a bens ou pessoas; riscos jurídicos, riscos decorrentes da gestão da força de trabalho e da saúde ocupacional e atendimento inadequado dos fornecedores; bem como danos decorrentes de eventos climáticos extremos, pandemias e outros desastres naturais.

O risco operacional é gerido pela Unidade de Riscos Não Financeiros Brasil (NFR Brasil, na sigla em inglês), cuja estrutura está em conformidade com os requisitos da Resolução CMN nº 4.557/17, melhores práticas de mercado e diretrizes globais do Grupo BBVA.

O modelo de governança de risco operacional no BBVA Brasil fundamenta-se no modelo de controle interno das três linhas de defesa:

Primeira linha de defesa: composta pelas Áreas de Negócio e Suporte, responsáveis pela gestão do risco operacional relacionado aos seus produtos, atividades, processos e sistemas.

Segunda linha de defesa: Unidades de risco não financeiro, corporativas e locais, responsáveis por desenhar e manter o modelo de gestão de risco operacional do Grupo, e avaliar o grau de aplicação nas diversas Áreas.

Terceira linha de defesa: desempenhada pela Auditoria Interna do BBVA, que realiza revisões independentes do modelo de controle, verificando o cumprimento e a eficácia das políticas corporativas estabelecidas.

O gerenciamento do risco operacional no BBVA Brasil é realizado de forma integrada à rotina das áreas operacionais e de controle, com foco na prevenção de falhas e na melhoria contínua dos processos.

c. Risco de mercado

Risco de Mercado: possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de instrumentos detidos pela instituição, incluindo: i) o risco da variação das taxas de juros para os instrumentos classificados na carteira de negociação; e ii) o risco da variação cambial e dos preços de mercadorias, para os instrumentos classificados na carteira de negociação ou na carteira bancária. O gerenciamento do risco de mercado é efetuado pela área de Gestão de Riscos principalmente por meio de métricas quantitativas como Value at Risk (VaR) e análise de sensibilidades, em conformidade com a Resolução CMN nº 4.557/2017 e as diretrizes do Grupo BBVA. A área de Risco de Mercado atua de forma independente de modo a garantir um perfil de risco consistente com o apetite de risco estabelecido pela instituição.

IRRBB (Risco de taxas de juros da carteira bancária): risco, atual ou prospectivo, do impacto de movimentos adversos das taxas de juros no capital e nos resultados da instituição financeira, para os instrumentos classificados na carteira bancária. É monitorado principalmente por meio das métricas de impacto no valor econômico do capital e impacto nos resultados financeiros da instituição, além da avaliação das perdas e ganhos embutidos. A área de Risco de Mercado tem papel ativo no controle das métricas do IRRBB em conformidade com a Resolução CMN nº 4.557/2017 e as diretrizes do Grupo BBVA.

d. Risco de liquidez

A gestão do risco de liquidez do BBVA Brasil segue as diretrizes estabelecidas pela Resolução CMN nº 4.557/2017, sendo proporcional à sua classificação como instituição do segmento S4. O processo de gestão busca assegurar que o Banco mantenha níveis suficientes de ativos líquidos de alta qualidade (High

Quality Liquid Assets – HQLA), capazes de suportar saídas de recursos mesmo em cenários adversos, garantindo o cumprimento de obrigações financeiras nos prazos acordados. O banco tem estabelecida uma política de liquidez, revisada periodicamente, e contempla limites internos, planos de contingência e projeções de fluxos de caixa sob diferentes horizontes e premissas. A gestão local está alinhada às práticas e políticas do grupo BBVA, observando a autonomia regulatória brasileira e a integração com o processo global de governança de riscos.

e. Risco de crédito

O Risco de Crédito refere-se à possibilidade de ocorrência de perdas associadas a: i) não cumprimento pela contraparte de suas obrigações nos termos pactuados; ii) desvalorização, redução de remunerações e ganhos esperados em instrumento financeiro decorrentes da deterioração da qualidade creditícia da contraparte, do interveniente ou do instrumento mitigador; iii) reestruturação de instrumentos financeiros; iv) custos de recuperação de exposições caracterizadas como ativos problemáticos; v) desembolsos para honrar garantias financeiras prestadas; vi) não cumprimento de obrigações nos termos pactuados por interveniente, provedor do instrumento mitigador ou mandatário de cobrança.

O BBVA Brasil conta com uma Política de Gerenciamento de Risco de Crédito que determina princípios e práticas para a concessão, monitoramento e recuperação de crédito, garantindo que a exposição ao risco de crédito seja compatível com o apetite ao risco da instituição e em conformidade com a Resolução CMN no 4.557/2017 e demais normativos aplicáveis. O cumprimento desta política é de responsabilidade de todas as áreas envolvidas no processo de concessão e gestão do risco de crédito, garantindo transparência e aderência às melhores práticas do setor.

18 Eventos subsequentes

Não ocorreram eventos após a data de balanço que poderiam requerer divulgação ou resultar em ajustes materiais às demonstrações financeiras.